

INFORMES DA DITADURA EM TEMPO DE “MILAGRE ECONÔMICO”: ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO REGIME NA COLUNA *INFORME JB* (1969-1973)

REPORTS OF DICTATORSHIP IN TIMES OF “ECONOMIC MIRACLE”: ANALYSIS OF THE REPERCUSSION OF THE REGIME IN THE COLUMN *INFORME JB* (1969-1973)

João Guilherme Zügel¹

Resumo: O presente artigo é resultado do trabalho de conclusão da disciplina de História do Brasil IV, do curso de História da Universidade Federal do Paraná. Partindo de uma contextualização da atuação do *Jornal do Brasil*, um dos jornais de maior circulação durante a ditadura militar brasileira, buscou-se identificar e analisar a representação do “milagre econômico” na coluna *Informe JB*, entre 1969 e 1973. A partir do conjunto de fontes selecionadas, foi possível identificar que, embora o editorial do *Jornal do Brasil* tenha se colocado como oposição ao regime no período abordado, as edições do *Informe JB* apresentam um discurso que reproduz, em diversos momentos, a retórica ufanista sobre o “projeto de nação” enunciada pelos militares.

Palavras-chave: Ditadura brasileira, Milagre Econômico, *Jornal do Brasil*, *Informe JB*.

Abstract: This article is based on the final paper of the course História do Brasil IV, of the Bachelor's in History of the Federal University of Paraná. Starting from a contextualization of the role of *Jornal do Brasil*, one of the most widely known newspapers during the Brazilian dictatorship, we sought to identify and analyse the representation of the “economic miracle” in the column called *Informe JB*, between 1969 and 1973. From the set of sources selected, it was possible to identify that, although the editorial of *Jornal do Brasil* opposed to the regime in the period covered, the editions of

¹ Graduando em História — Licenciatura com Bacharelado na Universidade Federal do Paraná.

the *Informe JB* present a discourse that reproduces, at various times, the prideful rhetoric about the “nation project” enunciated by the military.

Keywords: Brazilian dictatorship, Economic miracle, Brazilian Press, *Jornal do Brasil*, *Informe JB*.

Introdução

A escolha do tema para a realização deste trabalho foi influenciada em grande medida pelas discussões sobre a memória da Ditadura civil-militar brasileira, a qual atualmente se configura como um campo em disputa. Apesar dessas “disputas de memória” serem marcadas pela enunciação de discursos revisionistas e negacionistas, a “memória hegemônica” sobre o período ainda carrega consigo a marca dos discursos produzidos pelo meio jornalístico (NAPOLITANO, 2015). Como aponta Marcos Napolitano, a narrativa compartilhada tanto por setores da esquerda, quanto por liberais é ainda, em grande medida, aquela ligada a “resistência democrática”, que aponta para uma “sociedade vítima, mas resistente e digna”. No interior desta, destaca-se como ponto chave o papel da mídia jornalística na construção e projeção de sua função “heroica” na luta pela democracia.

Nesse sentido, uma das questões que direciona a presente proposta indaga justamente sobre o papel do jornalismo – como meio de representação da realidade, que goza de legitimidade social – na construção de determinadas leituras sobre a Ditadura civil-militar brasileira. Esta também vem sendo uma questão sobre a qual a historiografia recente tem se dedicado: afinal, quais seriam os limites, ou outras possibilidades, para a leitura do “papel heroico” do jornalismo de ampla circulação? Como ler as ambiguidades no posicionamento dos editoriais, que ora se aproximavam,

ora se afastavam e criticavam o regime? Poderiam ser explicados unicamente como uma resposta à censura?

Desta forma, tendo em vista a necessidade de uma investigação atenta sobre as relações entre imprensa e ditadura – e os impactos dessa relação no gradual estabelecimento de um imaginário social sobre o período – abordaremos neste artigo o caso da coluna política *Informe JB*, do *Jornal do Brasil* (RJ), e sua representação do “milagre econômico”. Para tanto, esboçaremos primeiramente um panorama geral sobre o período do “milagre” e os “anos de chumbo”, seguido de um balanço de obras recentes que se dedicam a atuação do *Jornal do Brasil*. Partindo das questões apresentadas pela historiografia, analisaremos um conjunto de edições do *Informe JB* entre os anos de 1969 e 1973, com o fito de identificar a reprodução (ou não) de elementos retóricos que respaldaram a política econômica durante o governo de Médici (1969-1974).

Os pilares de gesso da ditadura: o “milagre econômico” e seus limites

Entre os debates públicos sobre a ditadura, o fator econômico não raro assume uma centralidade nos discursos saudosistas; para os nostálgicos da ditadura, o maior legado dos militares teria sido justamente o desenvolvimento econômico. Na elaboração desse discurso, é quase unânime a referência aos anos do “milagre econômico” (1969-1973), em uma espécie de generalização dos índices deste período para os vinte e um anos do regime – o que resulta em uma visão equivocada. De fato, o “milagre brasileiro” se constituiu como um dos pilares da retórica ufanista dos militares, confiantes justamente do sucesso momentâneo que logrou

seu “projeto de nação”. Contudo, apesar da inegável expansão capitalista nesse período, um olhar atento para a historiografia revela – mesmo nos casos de historiadores de direita – que o desenvolvimentismo guiado pelos militares teve um prazo curto e altos custos sociais.

A bibliografia estudada aponta para a “outra face” desse projeto, ou melhor, quais foram as suas bases, quem se beneficiou e quem suportou o ônus dele, além do balanço das suas consequências ao final no regime. Em uma breve reconstituição do panorama econômico, os anos anteriores ao Golpe de 1964 foram marcados por uma crise estrutural da economia brasileira, com o esgotamento da “substituição de importação” e índices alarmantes de inflação. Nos anos subseqüentes ao Golpe, a alternativa proposta pelos militares foi a continuação do “Projeto de Desenvolvimento Nacional”, enunciado por Juscelino Kubitschek ainda em 1956, com seu famoso Plano de Metas. As medidas fiscais do pacote de reformas de Castello Branco, primeiro presidente militar, criaram novos padrões de financiamento para o país, além de outras medidas como a universalização do Imposto de Renda, a criação de um índice oficial de inflação, a criação de um mecanismo de correção monetária automática, etc., as quais contribuíram em um curto prazo para o controle da inflação e certa estabilidade para a economia nacional (CRUZ & MARTINS, 2008).

Não obstante, um dos marcos para o estabelecimento da política econômica que resultaria nos números do “milagre” foi a nomeação do jovem professor de economia da Universidade de São Paulo, Antônio Delfim Netto, para ser o “gestor” da economia brasileira a partir do Ministério da Fazenda. Segundo Marcos Napolitano, Delfim Netto atuou

como uma espécie de “czar” da economia, apostando no controle da inflação como uma “tática”, e não um “fim” para o desenvolvimento econômico. Assim, a estratégia econômica ditada pelo ministério esteve centrada na dinamização da iniciativa privada e na expansão industrial com base na expansão do consumo de bens duráveis (NAPOLITANO, 2014: 124).

O sucesso dessas medidas foi impulsionado por um panorama econômico internacional favorável de forma que, ainda em 1968, o país passou a sentir os efeitos do crescimento, apesar da percepção do “milagre” se dar mais propriamente em 1970. Assim, entre 1969 e 1973, período situado no governo de Emílio Garrastazu Médici, o Brasil experimentou uma aceleração econômica com índices notáveis. Conforme Napolitano, o Brasil cresceu em média 11% ao ano, chegando perto dos 14% em 1973, “dourando os anos de chumbo” da ditadura e seu discurso legitimador (NAPOLITANO, 2014).

Entre as consequências do desenvolvimento econômico esteve a ampliação da capacidade de consumo para os setores da classe média. Fatores como a expansão do crédito para assalariados dessa parcela da população se traduziam, também, na oportunidade de adquirir o seu Volkswagen “fusca” (símbolo do consumo da época) ou mesmo na possibilidade de realizar o “sonho da casa própria”, através do Banco Nacional de Habitação (BNH). O período do “milagre” era, aos olhos daqueles que não estavam envolvidos com a ideologia revolucionária da esquerda, um período aparentemente positivo. Fatores como o pleno emprego, a absorção da mão de obra pouco instruída no crescente setor da

construção civil, o impacto simbólico das “obras faraônicas”, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e a Usina de Itaipu, ou mesmo a vitória na Copa de 1970, materializavam o ideal do Brasil como uma “grande potência em ascensão”.

Apesar desses aspectos terem sido de curta duração e, sobretudo, camuflarem seus efeitos colaterais diretos (concentração de renda, o arrocho salarial e o favorecimento de empresas), foram amplamente utilizados pelo regime como uma forma de enaltecer o seu projeto desenvolvimentista. Esse discurso ufanista era sustentado também pela forte censura aos meios de comunicação e por uma relação próxima do regime com a crescente indústria cultural. Isto é, o regime utilizava da mídia e do diálogo com os empresários dos meios de comunicação como um meio para propagar um discurso específico sobre o período.

Como ressalta Napolitano, esse interesse do Estado no desenvolvimento dos meios de comunicação resultou na consolidação de uma *moderna indústria cultural* durante os anos do “milagre”, com a produção de telenovelas, conteúdo musical dos mais variados tipos, cinema, teatro, etc. (NAPOLITANO, 2014: 140). O desenvolvimento da mídia tinha, na realidade, uma ligação direta entre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), sobretudo na ideia de “integração nacional” e veiculação da propaganda do governo. Nesse sentido, a censura não era voltada para a mídia em si, cujo desenvolvimento foi muito estimulado, mas aos *produtos midiáticos* (ORTIZ, 1988: 113-148).

Nesse sentido, embora a mídia e a imprensa escrita vivenciassem um momento de reestruturação técnica, profissionalização e ampliação de seu

escopo de atuação, com o aparato ditatorial já estabelecido, e a DSN e o SNI funcionando plenamente, havia um interesse por parte dos militares em veicular um discurso elogioso ao regime, além de impedir a dissidência política. O resultado era uma relação ambígua entre aqueles no poder e a crescente indústria midiática, que variava entre a repressão e o estímulo ao crescimento, resultando, ao que nos interessa mais propriamente neste artigo, em um impacto direto na forma de se fazer jornalismo.

Entre o “milagre” e os “anos de chumbo”: repressão e censura da imprensa escrita

Um elemento fundamental para a compreensão da relação entre o regime e a imprensa é a censura. O período do “milagre brasileiro” foi também o de maior repressão política, ficando conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura. E no que tange o tema aqui proposto, o recrudescimento da repressão teve uma função evidente na relação do regime com a imprensa e, conseqüentemente, no papel social desta. A censura foi um dos principais aspectos da repressão política, sendo um elemento diário na redação dos jornais. Por este motivo, e pela centralidade que ocupou na “utopia revolucionária” dos militares, a censura tem sido um tema amplamente estudado na historiografia e faz-se, para nós, igualmente relevante para a compreensão das representações do “milagre econômico” no *Informe JB*.

A cronologia da repressão (e da liberdade de imprensa) pode ser dividida em três momentos: antes do AI-5, entre o AI-5 e o governo Geisel, e deste até a redemocratização. Apesar da “formalização” da censura prévia

ter se dado a partir do Decreto-Lei Nº 1.077, assinado por Médici em janeiro de 1970, a prática já havia se intensificado e institucionalizado desde o AI-5. Como aponta Carlos Fico, o AI-5 instituiu um sistema nacional de segurança interna, reformulando e ampliando a espionagem e a perseguição de dissidentes políticos, além de implantar e instrumentalizar a censura sistemática. Ou seja, embora já presente, a censura ganha uma nova dimensão no governo Médici (FICO, 2002: 255).

No caso do *Jornal do Brasil*, ao qual nos voltaremos nas páginas que se seguem, o impacto da censura foi sentido desde o AI-5; conforme relata Alberto Dines, então editor do JB, “no mesmo dia da publicação do Ato, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; no dia 15, cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas” (DINES: 1975 apud SOARES, 1989: 22). A partir de então, o *Jornal do Brasil* passou a se submeter a autocensura, até 1972. Como aponta Napolitano, os “anos de chumbo” deixaram os grandes jornais brasileiros em clima de suspeição, fazendo com que “alguns temas críticos fossem evitados pelos editores, bem como qualquer pauta política que pudesse perturbar a lógica palaciana dos militares em conduzir os negócios do país” (NAPOLITANO, 2014: 172).

A censura era empreendida de diversas formas: uma delas era a *autocensura*, que ocorria, como aponta Gláucio Soares, tanto institucionalmente, com redações filtrando os assuntos abordados, quanto individualmente, como uma forma de autopreservação por parte dos jornalistas (SOARES, 1989: 22). Outra forma constante era a *censura*

prévia: aquela em que havia uma interdição de “temas sensíveis”, tanto através da presença de censores, vetando na íntegra ou parcialmente o conteúdo do jornal (manchetes, artigos, editoriais, legendas, reportagens, charges, anúncios); quanto por meio dos “bilhetinhos” (papeis contendo uma série de ordens do SNI sobre o que poderia ou não ser publicado nos jornais). Segundo o relato de Dines, o *Jornal do Brasil* recebeu, entre 1972 e 1974, 288 ordens sobre a censura do conteúdo, as quais foram reunidas em um “livro-negro” (Idem).

Como é possível identificar, os “anos de chumbo” foram um período marcante na redação do *Jornal do Brasil*. De acordo com a análise do conteúdo do “livro-negro” do JB, empreendida por Soares, os números da censura deixam esse fato ainda mais evidente: “houve 27 proibições em 1970; 52 em 1971; 80 em 1972; 159 (ou seja, o dobro) em 1973; 162 em 1974; declinando rapidamente para 18 durante o primeiro ano completo da administração de Geisel” (SOARES, 1989: 27). Não por acaso, a “luta contra a censura” figura como um dos aspectos centrais na memória do *Jornal do Brasil* e dos profissionais que nele atuaram neste período. Não obstante, essa é uma questão que tem gerado alguns debates na historiografia.

Entre a história e a memória do *Jornal do Brasil*

Usualmente, quando se trata da atuação do JB durante a ditadura, tem-se em vista a luta pela democracia e a astúcia para lidar com a censura. Conforme Matheus e Barbosa (2008: 116), a edição comemorativa dos cem anos de existência do jornal, em 1991, contou com uma matéria do

jornalista Zuenir Ventura, convidado para escrever sobre a história do JB entre 1960 e 1970. Nessa matéria, Ventura enfatiza o caráter do jornal como uma “expressão da resistência em favor da liberdade”, citando episódios como: a invasão da sede por militares, em 1964; a prisão de um de Sette Câmara, um de seus diretores, em 1968; ou os momentos em que o JB burlou a censura, como na edição de 14 de dezembro de 1968, quando utilizou a previsão do tempo: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos" (VENTURA, 1991: 7).

Outro importante ponto que marca a história e a memória do *Jornal do Brasil* é o conjunto de reformas pelas quais o jornal passou desde a década de 1950, as quais sustentam o ideal de pioneirismo do periódico. Entre 1956 e 1966, o JB reformulou todo seu parque gráfico, a linguagem, editoração, além de sua organização institucional, com a adoção de novas técnicas de gestão (RIBEIRO, 2000: 156; LESSA, 1995: 16-59). Foi um dos primeiros jornais nacionais a adotar o discurso da imparcialidade, defendendo uma transmissão objetiva e impessoal da informação. Discurso este que colocava, e coloca, o JB como uma espécie de espelho da realidade, conferindo-o legitimidade e poder simbólico de traduzir o mundo ao leitor (CHAMMAS, 2012: 25).

Segundo as pesquisadoras da área de Comunicação Social, Ana Paula Ribeiro e Itala Maduell Vieira, a memória constituída sobre o *Jornal do Brasil* tem sido marcada por um tom “nostálgico” nas últimas décadas, especialmente quanto a esses dois fatores (resistência à ditadura e pioneirismo jornalístico). Trata-se, segundo as autoras, de um “movimento

de valorização e idealização do passado – que sustenta a áurea mítica e a importância do diário para muitos profissionais que nele trabalharam” (RIBEIRO; VIEIRA, 2018: 273). Nesse sentido, ao longo dos anos, a “autonarrativa” do grupo de profissionais que trabalharam no jornal – autorizados a falar de sua história – tendeu a constituir uma versão “estável” sobre o seu passado. Por um lado, reforçam atributos e idealizações como “inovação, pioneirismo, criatividade, vanguarda, originalidade, sagacidade, liberdade, relevância” ligadas ao vanguardismo técnico do JB; e, por outro, cristalizam sua atuação durante a ditadura em torno da “memória da resistência democrática” (Idem).

Na contramão dessa versão “estável”, trabalhos recentes têm destacado a instabilidade do posicionamento político do *Jornal do Brasil* ao longo da ditadura, enfatizando os limites da versão “nostálgica” sobre o periódico – mesmo sem negar os momentos de resistência à ditadura e à censura. Em sua dissertação, que analisa os editoriais do *Jornal do Brasil* entre 1964 e 1968, Eduardo Chammas problematiza a versão de Zuenir Ventura sobre a “resistência” do jornal aos cinco ditadores brasileiros; segundo o historiador, “o JB hesitou bastante em se colocar contra o movimento militar e, mesmo quando o fez, foi dentro de determinados limites e circunstâncias específicas” (CHAMMAS, 2012: 27).

Chammas tende a analisar a relação entre a imprensa e os militares, incluindo o JB, como uma série de momentos de aproximação e distanciamento. Questionando o discurso da “imparcialidade” adotado pelo jornal – e pela memória deste – o autor enfatiza o caráter e os interesses mercadológicos do JB, que, afinal, era uma empresa. O perfil conservador

do *Jornal do Brasil* resultou, conclui o autor, em uma tentativa de diálogo com setores do governo ditatorial considerados “democráticos”; desta forma, entre 1964-1968, acabou por defender a maior parte das ações da ditadura, entendidas como marcos necessários da “redemocratização”. A oposição e crítica, que se intensificaram a partir de 1968, voltavam-se exclusivamente aos “excessos” do regime e os sinais de “endurecimento” da ditadura (CHAMMAS, 2012: 106).

Também tratando desse período entre o Golpe e o AI-5, a dissertação de Dayane Guarnieri busca analisar justamente a compreensão do JB sobre o golpe enquanto uma iniciativa que visava restabelecer a “democracia”. Segundo a autora, ao retratar o regime militar como uma manobra dotada de “intensões democráticas”, o jornal teria exercido uma função de legitimação do discurso “democrático e legalista” sobre o Golpe de 1964. Assim como Chammas, a motivação central de Guarnieri para a delimitação de seu objeto foi a ambiguidade do posicionamento do JB, que variou entre moderação, resistência e propaganda ao regime (GUARNIERI, 2014: 11). Conforme a análise empreendida pela autora, a linha editorial do JB tentou justificar o governo autoritário e nos momentos que divergiu do governo, entre 1964 e 1968, teria buscado “aperfeiçoar a ‘Revolução’ [sic] segundo os seus interesses liberais” (GUARNIERI, 2014: 215-216).

A partir dos autores, é possível identificar que o posicionamento editorial do *Jornal do Brasil* se mostrou ambíguo nos primeiros anos do regime. Como sintetiza Marcos Napolitano, “mesmo críticos em relação à escalada do autoritarismo de Estado, os jornais nunca chegaram a romper global e totalmente com o regime militar, mantendo ora uma posição de

críticos pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, ora de interlocutores confiáveis” (NAPOLITANO, 2017: 347). Resta, então, a nós a dúvida sobre os posicionamentos pós-68.

De acordo com Heloneida Matta, apesar de o *Jornal do Brasil* consolidar, a partir da década de 1970, sua imagem de imprensa de oposição liberal, progressista e democrática, continuou a defender as medidas econômicas tomadas pelo governo, aproximando-se do regime a partir da ascensão de Médici e das medidas econômicas orquestradas por Antônio Delfim Netto (MATTA, 2015: 17). Leitura esta que é subscrita por Napolitano em seu trabalho recente sobre a imprensa liberal na ditadura (NAPOLITANO, 2017: 354), bem como por alguns elementos presentes no supracitado artigo de Gláucio Soares.

A análise empreendida por Gláucio Soares sobre os “bilhetinhos” da censura presentes no “livro-negro” do JB, que parece, em um primeiro momento, corroborar com a imagem opositora e resistente pelo número crescente de conteúdos censurados nos primeiros anos da década de 1970, pode ser lida de outra forma. Ao observar não apenas os números, mas as temáticas censuradas, Soares identifica que “as proibições de tratar da política econômica, assim como das reações a ela — greves e manifestações operárias — foram pouco frequentes e pouco enfatizadas”. Isto é, a censura pouco interferiu nas considerações do *Jornal do Brasil* sobre os “problemas econômicos”. De acordo com o levantamento do autor, que dialoga com um esforço semelhante empreendido por Alberto Dines, apenas 5% das proibições de publicação contemplavam a questão econômica (8% na análise de Dines) (SOARES, 1989: 29).

Essa constatação parece, em um primeiro momento, confirmar indiretamente o elogio à economia nos anos do “milagre econômico”, ao longo das edições *Jornal do Brasil*. A correlação pode, contudo, não ser tão direta; o leitor pode ponderar que a atuação da autocensura (institucional e individual) e da censura prévia devem ser também levada em consideração para a interpretação das possíveis motivações deste otimismo quanto aos rumos econômicos do país. De todo modo, as reflexões levantadas por Chammas, Guarneri, Matta e Napolitano nos permitem compreender o caráter maleável da relação entre as posições do JB e o regime, tendo em vista o seu posicionamento político e interesses econômicos.

Partindo dessas questões buscaremos, então, analisar o posicionamento da coluna *Informe JB* quanto a política econômica do regime durante os “anos de chumbo”: afinal, quais as relações entre o “milagre econômico”, o discurso ufanista em torno da condução econômica de Delfim Netto, e o posicionamento da coluna?

O *Jornal do Brasil* e a coluna *Informe JB*

Para a análise das representações do *Jornal do Brasil* sobre o “milagre econômico”, tomamos como objeto deste exercício a coluna *Informe JB*. A escolha dessa coluna, em detrimento dos editoriais ou de edições completas do periódico, se justificou, inicialmente, por conta do tempo reduzido para a produção deste trabalho. Contudo, a partir do contato com a literatura especializada – sobretudo a dissertação de Heloneida Souza Matta, que analisa a mesma coluna – adquiriu maior embasamento.

Situando a escrita do *Informe JB* no contexto político do governo Geisel (1974-1979), mas também no contexto social de seu colunista (Elio Gaspari), Heloneida Matta aponta que o conteúdo das “notícias” era perpassado pela relação aproximada entre o colunista e suas “fontes” do governo. Nesse sentido, para além de uma reprodução “objetiva” da realidade política e econômica, a coluna desempenhou papéis diversos: a) *comensal*, quando servia às intenções das “fontes”, normalmente ligadas ao governo; b) *estabilizadora*; servindo à manutenção do status quo; c) *propagandista*; conformando e reproduzindo a retórica ufanista do regime; d) *veículo de comunicação intra-elites*; quando correspondia aos interesses e conflitos das elites políticas e econômicas (MATTA: 2015).

Apesar de baseados nas edições dos anos posteriores ao recorte deste artigo, os aspectos elencados por Matta trazem novos problemas às fontes analisadas, dos quais gostaríamos de ressaltar dois. Primeiramente, embora a década de 1970 tenha sido marcada por críticas ao regime por parte do editorial do *Jornal do Brasil*, “as relações entre imprensa e fontes do poder são demarcadas por certas ambivalências”, o que nos instiga a problematizar os momentos em que a coluna conclamou as “conquistas” do regime, ou políticos ligados a estas (MATTA, 2015: 58). Em um segundo momento, ao atentar às relações entre os colunistas e as “fontes”, a autora traz uma visão particular sobre sua possível relação com a censura: apesar do controle do governo, que fazia do colunista um refém das circunstâncias, a repressão não isenta o jornalista, na ótica de Matta, da responsabilidade sobre a definição do que será notícia; há, portanto, motivações que o autorizam a fazê-lo (MATTA, 2015: 64).

Por ser uma das colunas de maior repercussão da mídia impressa do Brasil à época do “milagre”, o *Informe JB* gozava de grande prestígio entre as autoridades e o grupo da elite, o que nos permite inferir, por sua vez, que desempenhava um papel relevante na formulação das representações sociais sobre o período. Segundo Guarnieri, apesar do público alvo corresponder, provavelmente, a segmentos da classe média e da elite, não necessariamente esses eram seus únicos leitores (GUARNIERI, 2014: 12).

Informes da ditadura em tempos de “milagre econômico”: o *Informe JB* (1969-1973)

Tendo em vista essas questões, buscaremos apresentar de que forma os elementos do discurso ufanista do regime, sobretudo o argumento desenvolvimentista e da tecnificação do estado, foram reproduzidos na coluna, imbuídos da retórica de “descrição fiel da realidade”. Para tanto, partiremos das considerações metodológicas gerais de Tânia Regina de Lucca (2005: 111-152), ajustadas ao tempo reduzido do qual dispomos para a realização deste trabalho. A composição da série documental conta com 42 edições da coluna *Informe JB*, publicadas entre os anos 1969 e 1973, cuja análise é apresentada nas páginas seguintes.

A coluna foi lançada por Wilson Figueiredo, em 1963, inicialmente com o nome Segunda Seção. Em 1965, passou a ser assinada por Pedro Andrade Gomes, recebendo seu nome definitivo e mantendo o formato usual: situava-se entre as páginas seis e dez, deslocada das demais notícias por um box, e dividida em duas partes. De 1966 até o final do regime, a coluna *Informe JB* teve a identidade do(s) titular(es) omitida. Era marcada

por notícias curtas e temáticas, as quais eram divididas em duas partes: a primeira de cunho mais analítico, e a segunda, denominada “Lance-livre”, composta por notas breves. A linguagem variava entre um tom meramente descritivo, na apresentação de informes, e uma espécie de teor ambíguo e evasivo, recorrendo frequentemente ao duplo sentido e a sátira ao tratar de temas políticos a partir de anedotas. Um recurso constante era o uso de falas dos próprios políticos em situações cotidianas (muito provavelmente informadas pelas fontes próximas a eles), para tratar de temas mais amplos. A combinação desses elementos resultava, por vezes, em uma linguagem cifrada, a qual era alternada por “pílulas frasais”, os textos curtos e satíricos.

Em uma visão panorâmica das edições selecionadas, fazendo um mapeamento de todos os temas presentes nestas, pudemos identificar algumas constâncias. Ao analisarmos os temas da primeira parte da coluna, em um universo de 329 notícias presentes nas 42 edições, destaca-se a frequência das matérias voltadas: à economia (112–34%), política (86–26%) e infraestrutura (36–11%), entre outros assuntos diversos. Embora os números não nos informem com precisão, dado o fato de que não pudemos analisar todas as edições da coluna no período selecionado, é possível identificar que, em linhas gerais, o teor central da coluna era econômico e político – o que também fica evidente na leitura sequencial.

Quando nos referimos à temática “economia”, a mais constante nas fontes, enquadrámos diversos assuntos como informes sobre a indústria de automóveis, têxtil, de calçados, agropecuária (café, açúcar, leite, etc) e aspectos referentes ao mercado, financiamentos e taxações desses setores.

A partir desses fatores, que constituíam o núcleo do *Informe JB*, fica evidente o diálogo da coluna com um público leitor atento às questões do mercado, e, quiçá, demonstrando a funcionalidade de *comunicação intra-elites*, apresentada por Matta. Uma análise atenta das empresas citadas, como o caso da Volkswagen e diversas outras, poderia elucidar mais sobre esse aspecto.

Contudo, há um fator presente nas “informações econômicas” que se destaca face o contexto do “milagre” e a temática aqui proposta. A economia era frequentemente comentada a partir das diretrizes governamentais; isto é, os rumos da economia e dos setores mencionados aparecem como resultados diretos da gestão do regime e da aplicação de um projeto nacional de “desenvolvimento planejado”. Diversas edições continham notícias com títulos como “Objetivos Nacionais”, “Crescimento”, “O Plano”, “Definição de Planejamento”, etc., os quais demonstram, em partes, o sentido de “planejamento”, que buscamos descrever. Outro elemento que contribui para a noção do progresso econômico como um resultado da hábil gestão do regime é a menção regular dos ministérios e ministros, e sua eficiente gestão (fato que comentaremos adiante).

Diferente das matérias que tratavam de temas políticos, quando a economia era abordada nos termos expostos acima, o amplo repertório linguístico da coluna – como o uso da ambiguidade e da sátira – dá lugar a uma linguagem descritiva, que reforça o caráter “informativo”. Nesse sentido, pode-se observar que o molde da apresentação das “notícias econômicas” do *Informe JB* aparenta, de fato, ressoar o discurso ufanista

que marcou as décadas analisadas. Outro elemento que evidencia isso é a ligação constante entre o “projeto de nação” enunciado acima, os avanços da economia, e as medidas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura do país. Assim como nos discursos do regime sobre suas “obras faraônicas”, as grandes obras ganham posição de destaque na coluna.

As notícias ligadas a reformas infraestruturais, apesar de representarem apenas 11% dos temas contabilizados, estavam distribuídas de forma a figurar quase cotidianamente nas edições do *Informe JB*. Entre as obras noticiadas estavam ferrovias, rodovias, metrô, pontes, viadutos, etc. Algumas dessas notícias faziam alusão às próprias medidas do governo, como por exemplo o financiamento de obras infraestruturais no Nordeste, a partir do BNDE (INFORME JB – 25/12/72). Outro ponto a partir do qual a coluna se refere ao “desenvolvimento nacional” é a modernização tecnológica do próprio Estado brasileiro; destacam-se notícias como o uso de computadores para o controle do fisco (INFORME JB – 01/01/70), investimentos do Ministério do Planejamento na “formação de pesquisadores para a administração federal” (INFORME JB – 02/11/70) ou a instalação de um centro de processamento de dados no Congresso Nacional (INFORME JB – 12/03/73).

Havia, também, espaço para as obras “grandiosas”, como o exemplo simbólico da transamazônica. A matéria de 18 de junho de 1970, “A epopeia da Transamazônica”, traduz parte do ufanismo incluído nas notícias sobre a infraestrutura: “para o Presidente Médici e seus auxiliares imediatos – fascinados com a perspectiva dessa obra – trata-se de uma extraordinária epopéia moderna, maior mesmo que a da corrida do ouro na

Califórnia, no século passado” (INFORME JB – 18/06/70). Em nossa leitura, tanto a presença cotidiana desse tipo de notícia, quanto a adjetivação e associação com o “projeto econômico”, pareciam materializar o “milagre econômico”.

Outro elemento constante nas edições estudadas, e que tende a sinalizar a conformidade da coluna (ou do colunista) com a gestão econômica do regime, é correlação do “milagre” com ministros e, em especial, a figura de Antônio Delfim Netto, então Ministro da Fazenda (1967-1974). Seu nome é citado 11 vezes nas edições analisadas, sendo, na maioria delas, apresentado como uma espécie condutor dos rumos econômicos do país. Esse caráter de “gestor da nação” é também ressaltado pelo enaltecimento pessoal do ministro e de suas ações. Uma análise dos adjetivos utilizados para descrever Delfim Netto confirma esse fato; ele era descrito como uma “personalidade importante”, relevante internacionalmente (INFORME JB – 17/02/70), dotado de uma grande “habilidade discursiva” (INFORME JB – 18/06/70) além de muito capaz de lidar com os problemas econômicos nacionais.

Faz-se notar, ainda, que a descrição de Delfim Netto nesses termos conferia a ele um status semelhante ao de uma “celebridade”. Impressão que tende a ser reforçada pela abordagem constante de sua figura a partir de situações cotidianas, como a vez em que manobrou seu carro pelo saguão do prédio do Ministério da Fazenda, para evitar a chuva torrencial (INFORME JB - 11/12/70); nos relatos sobre as reformas de seu gabinete em Brasília após um incêndio (INFORME JB — 09/02/71); ou na

atualização constante de seu itinerário de viagens (INFORME JB - 08/04/71).

Para além dos vários motivos que poderiam justificar os holofotes voltados para a figura do Ministro da Fazenda, gostaríamos de destacar a função que parece ocupar no *Informe JB* como o rosto de “milagre econômico”, um símbolo da gestão técnica do governo. Atenção especial que o acompanhou até a sua despedida de Brasília, em março de 1974. Na matéria referente a esse evento, o leitor é conduzido retoricamente para a última descida no elevador do prédio do ministério, o que traduz, em nossa leitura, a relação que a coluna manteve durante os anos do “milagre”: “Ontem à tarde o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Netto, despediu-se de seus auxiliares, depois de seis anos do trabalho, ao longo dos quais *reformulou a imagem e boa parte da estrutura econômica brasileira*” (INFORME JB – 15/03/74).

Entre esses aspectos brevemente elencados acima, podemos notar indícios da construção de um período marcado pelo avanço econômico – o que, afinal, era difícil de ser negado naquele momento (sobretudo por que as críticas cabíveis seriam muito provavelmente suprimidas). Mas, para além disso, é possível identificar a associação desse progresso à gestão econômica do regime, às decisões ministeriais e à otimização e tecnificação do Estado (com foco na figura do ministro como o condutor desse “projeto”), o que, em nossa leitura, reverbera o discurso ufanista do regime sobre os anos do “milagre”. Como dito, as possibilidades de crítica sutil, através de recursos linguísticos empregados em outros assuntos, não foram usadas no caso da economia.

A título de exemplo, a edição de 13 de maio de 1971 parece sintetizar, através da linguagem própria do *Informe JB*, os aspectos até aqui apresentados. A matéria “Os argentinos descobrem o Brasil” noticiava o número elevado de turistas argentinos no Brasil, aproveitando a situação para apresentar o “modelo brasileiro”:

Esta descoberta ou redescoberta do Brasil não fica só nisso: eles ouvem e cantam nossas melhores músicas e acompanham e torcem até pelo futebol brasileiro, especialmente o do Rio Grande do Sul e São Paulo. [...] Os argentinos que voltaram de nossas cidades levaram afixados no para-brisa decalques como Ninguém Segura o Brasil e outros. Eles falam também do entusiasmo – inclusive seus jornais – do modelo de desenvolvimento brasileiro, achando que a Argentina deveria seguir nosso exemplo. Aliás – assinala o observador brasileiro – a figura brasileira mais discutida e popular na Argentina de hoje é a do Ministro da Fazenda, Delfim Netto. (INFORME JB – 13/05/71. Grifos nossos).

Como o leitor pode identificar, essa matéria contém alguns dos aspectos elencados em outras edições analisadas, enfatizando e descrevendo o Brasil como um modelo de desenvolvimento para os demais países, além da figura de Delfim Netto como seu proeminente condutor.

Apesar da maioria das vezes o elogio ao “milagre” ser indireto, através da associação dos pontos ressaltados na análise, não faltaram exemplos como esse, em que o “projeto econômico brasileiro” foi referido e enaltecido diretamente. Deste modo, nota-se que embora a coluna se apresentasse em um modelo “informativo”, sobretudo na primeira parte, reforçando a ideia de “imparcialidade e objetividade” no retrato da realidade, a representação do “milagre econômico” a partir dos elementos

destacados na análise apresenta traços do discurso ufanista enunciado pelo regime. Dado este que levanta questões sobre a sua relevância, direta e indireta, para a constituição de uma representação do “milagre” no imaginário social.

Considerações finais

Apesar do caráter introdutório e parcial do trabalho aqui apresentado – cujo objetivo inicial era elencar as questões presentes na historiografia sobre o tema, articulando-as com a bibliografia sobre o *Jornal do Brasil*, a amostragem de fontes apresentou indícios sobre o posicionamento da coluna *Informe JB* e seu elogio à gestão econômica do governo. Fica evidente, nas edições selecionadas, a reprodução de elementos de um discurso ufanista sobre o “milagre econômico”, apresentando-o como um projeto de nação planejado e orquestrado habilmente pelo regime. Diferente das matérias que tratavam de temas políticos, no caso das referências à economia foi possível observar um uso muito menos frequente da “linguagem cifrada”, dotada de um “duplo sentido” crítico, o que reforça essa ideia de reverberação do discurso ufanista.

No entanto, por se tratar da análise de uma coluna, não necessariamente representa e elucida a posição do *Jornal do Brasil* como um todo. Conclusões mais assertivas sobre o posicionamento do periódico demandariam um estudo mais aprofundado e relacionado aos editoriais e outras matérias do jornal, confirmando ou não os argumentos de Napolitano e Matta sobre a aproximação do regime no âmbito econômico. Nesse sentido, a análise das fontes tende a dizer mais sobre a coluna, em

específico, e a possibilidade de relações do colunista com fontes ligadas ao Ministério da Economia, do que o posicionamento do JB.

Pelo nível de detalhes das situações descritas no *Informe JB* nas vezes em que tratou do ministro Delfim Netto, é possível inferir que uma das “fontes” tinha uma relação aproximada com o ministro. Essa hipótese, que poderia ser averiguada com fontes complementares, como a identificação do responsável pela coluna, deixaria mais evidente a função do elogio sobre a economia e figuras específicas do governo – em moldes semelhantes àqueles apresentados pela análise de Matta sobre o *Informe JB* entre os anos de 1974 e 1979 (2012). Mas, de todo modo, algumas questões aqui elencadas, bem como alguns indícios mapeados, podem vir a ter utilidade introdutória para estudos futuros que busquem compreender o papel dos periódicos liberais na constituição de uma visão positiva do “plano econômico” da Ditadura.

Bibliografia

JORNAL DO BRASIL. “Informe JB”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/11/69; 09/12/69; 01/01/70; 17/02/70; 18/04/70; 04/05/70; 18/06/70; 24/08/70; 27/10/70; 07/09/70; 02/11/70; 11/12/70; 01/01/71; 09/02/71; 16/03/71; 02/04/71; 13/05/71; 12/06/71; 03/08/71; 07/09/71; 18/10/71; 03/01/72; 23/03/72; 08/04/72; 20/05/72; 20/06/72; 11/08/72; 26/09/72; 08/10/72; 25/12/72; 02/01/73; 12/02/73; 12/03/73; 11/05/73; 01/06/73; 09/07/73; 05/09/73; 26/11/73; 17/12/73; 07/01/74; 01/02/74; 15/03/74. Disponíveis em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=1 (Acesso em 02/11/20).

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968.*

2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura" In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & SORJ, Bernardo. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90.

GUARNIERI, Dayane Cristina. *A "Revolução" é uma árvore de vida secular: O Jornal do Brasil e a invenção da democracia e da legalidade do golpe civil-militar e do governo militar (1964-1968)*. 2014. 254 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

LESSA, W. D. “Amilcar de Castro e a reforma do Jornal do Brasil”. In: *Dois estudos de comunicação visual*. Rio de Janeiro UFRJ, 1995. p. 16-59.

LUCCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos Periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTA, Heloneida Souza da. *Do autoritarismo ao colonismo político: a Produção da Coluna Informe JB no Governo Geisel (1974-1979)*. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MATHEUS, Letícia; BARBOSA, Marialva. O Jornal do Brasil e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 35, p. 113-118, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, nº. 15esp, p. 9-44, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, nº. 2, p. 346-366, 2017.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988. p.113-148.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 194 f. Doutorado em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula G.; VIEIRA, Itala M. O JB é que era jornal de verdade: jornalismo, memórias e nostalgia. *MATRIZES*, v. 12, nº 3, p. 257-276. São Paulo, 2018.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

VENTURA, Zuenir. Anos 60/70. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 abr. 1991. p.7.

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 03/11/2020